

■ OPINIÃO

Dresdner Bank Lateinamerika

CONSULTORIA EMPRESARIAL
ATRAVÉS DA COTINCO

Os rumos da economia brasileira

Antônio Corrêa de Lacerda *



O mercado avalia os próximos passos da política econômica. Os sinais de que a atividade econômica deste e do próximo ano está condicionada pelo desempenho dos grandes agregados macroeconômicos estão cada vez mais claros. Outra percepção corrente é a de que o governo não vai alterar, pelo menos até as eleições no final de 1998, o cerne da política econômica atual. É nesse contexto que se analisam as possibilidades da travessia, tendo em vista os riscos inerentes, que se dão principalmente em duas frentes: a primeira é a questão externa e a segunda, o problema fiscal.

O sucesso ocorrido na primeira fase do plano de estabilização – quando, de fato, se conseguiram efetivos progressos no processo de desindexação da economia – vem trazendo a inflação anualizada para cerca de 8%, na média dos principais indicadores. A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fipe, atingiu o acumulado de 67% nestes três anos de Real, sendo que os setores de maior exposição à corrente externa tiveram reajustes bastante inferiores aos serviços, por exemplo. Em que pesem os resultados inegáveis no controle da inflação, o fato é que persistem restrições que colocam em xeque não só a sus-

tentabilidade da política de estabilização, mas também as condições para o crescimento em bases sustentadas da economia brasileira. A análise segmentada da situação atual e as perspectivas da economia brasileira mostram o seguinte quadro:

Com relação ao mercado de trabalho, observa-se que, embora o rendimento médio dos trabalhadores tenha aumentado – desde a implantação do Plano Real, cresceu 11% na Grande São Paulo até maio deste ano de acordo com a pesquisa da Fundação Seade e do Dieese –, a precarização do mercado de trabalho e o desemprego continuam sendo problemas nessa área.

O sucesso da primeira fase do Plano Real tem mantido a inflação anualizada em torno de 8%, na média dos principais indicadores

A precarização do mercado de trabalho tem-se acentuado devido ao crescimento do número de trabalhadores sem carteira assinada, que, em nível nacional, representam 57% da força de trabalho ocupada. No tocante ao desemprego, de julho de 1994 até março de 1997, último mês com dados disponíveis no Ministério do Trabalho, foram eliminados 733.177 empregos formais na economia brasileira, o que representa queda de 3% no nível de emprego. A eliminação de postos de trabalho ocorreu em todos os setores da economia, com grande destaque para a indústria, que perdeu 464.909 empregos, seguida do setor de serviços, com 108.727; agri-

cultura, 81.262; construção civil, 75.256; comércio, 1.771; e outros, com 1.252.

Não são esperadas grandes mudanças no quadro de desemprego do País; primeiro, porque a economia não está crescendo quanto deveria e, segundo, há um processo de ajustes no setor público, no setor financeiro e a corrente das privatizações, que significarão novas demissões.

No tocante ao setor externo, um dos pontos frágeis da atual conjuntura, o quadro é delicado. A sobrevalorização cambial, aliada à abertura da economia, incentivou o aumento das importações após o Real. As importações, que representavam US\$ 25 bilhões em 1993, cresceram para US\$ 33 bilhões em 1994, US\$ 49,9 bilhões em 1995 e US\$ 53 bilhões em 1996, ou seja, houve aumento de 112% em apenas três anos. O quadro das exportações, em contrapartida, reflete situação diferente. Essas evoluíram de US\$ 38,5 bilhões em 1993 para US\$ 47,7 bilhões em 1996, ou seja, cresceram apenas 24% no acumulado. Em consequência, o saldo comercial positivo de US\$ 13,3 bilhões em 1993 transformou-se em um déficit de US\$ 5,5 bilhões em 1996.

O reflexo na balança de transa-

ções correntes é drástico. Com os crescentes déficits comerciais na conta de turismo e o serviço da dívida externa, o quadro é bastante crítico. O resultado em transações correntes evoluiu de um déficit de US\$ 592 milhões em 1993 para US\$ 1,7 bilhão em 1994, US\$ 17,9 bilhões em 1995 e US\$ 24,3 bilhões em 1996.

Em 1997, partindo de um piso para o déficit comercial, que não deve ser inferior a US\$ 10 bilhões, conta-se com um déficit em contas correntes da ordem de US\$ 35 bilhões, o que equivale a 4,3% do Produto Interno Bruto (PIB) e que deve ser somado, em termos de necessidades de financiamento externo, aos compromissos da dívida externa previstos. O lado positivo nos dados das contas externas é que está sendo obtida melhor qualidade do financiamento devido a maior parcela de investimentos diretos, que atingiram US\$ 9,5 bilhões em 1996 e devem superar os US\$ 12 bilhões neste ano, e porque o Brasil tem conseguido alongar o perfil da sua dívida externa no mercado internacional, como demonstrou a exitosa colocação de bonds recentemente realizada.

Com relação à área fiscal, embora haja alguns avanços, o fato é que a

estratégia da política econômica praticada necessariamente implica um quadro de deterioração do quadro fiscal, que, basicamente, tem-se dado pelo peso dos juros. Ocorre que a dependência de recursos externos obriga o governo brasileiro a praticar taxas de juros superiores à média do mercado internacional mais o "risco Brasil". Ou seja, dificilmente o País pode-se dar ao luxo de praticar taxas de juros reais inferiores ao patamar atual, de fato mais baixo do que nos anos anteriores, mas ainda excessivamente elevado.

O impacto sobre a área fiscal se dá no aumento do endividamento em nível federal, que praticamente triplicou depois do Plano Real e já passa dos R\$ 180 bilhões, e no resultado operacional das necessidades de fi-

nanciamento do setor público, que considera o impacto dos juros. O resultado operacional deteriorou-se de um superávit de 0,3% do PIB em 1993 para um déficit de 5% em 1995 e 3,9% em 1996. Ou seja, todo o esforço de arrecadação e contenção de gastos em algumas áreas tem sido consumido pela conta de juros, que tem significado impacto médio de 4% do PIB nos últimos anos.

Neste ano, o governo tem como meta um superávit primário de 1,5% do PIB, com grande contribui-

ção esperada das empresas estatais, que vêm obtendo generosos aumentos de tarifas públicas. Já no conceito operacional, dificilmente o resultado será inferior a 3% do PIB, devido ao custo implícito representado pelos juros da dívida pública.

Uma avaliação geral do quadro mostra que a combinação dos déficits externo e fiscal leva a uma armadilha que impede o crescimento em bases sustentadas. O setor externo transformou-se no principal limitador de crescimento do País. Por outro lado, o efeito dos juros sobre as contas públicas e o setor produtivo também inibe o incremento dos

A substituição de produção local por importados e a entrada de tecnologia nova ajudam a impulsionar as importações

investimentos, de forma que a economia cresça acima de 6% ao ano, nível necessário para gerar novos postos de trabalho e reduzir o desemprego.

Outra constatação é que o processo de substituição de produção local por importados e a entrada de novas tecnologias vão continuar impulsionando as importações, implicando potenciais déficits comerciais, com reflexos no déficit corrente e na crescente vulnerabilidade externa do País.

* Economista, presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo (Corecon-SP) e professor do Departamento de Economia da FEA/PUCSP. E-mail: aclacer@mandic.com.br